Participação em ações de preservação: o caso do Corredor Cultural do Rio de Janeiro

Thalita Pereira da Fonseca
Arquiteta, mestre em arquitetura pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROARQ/FAU/UFRJ), Rua Paraná, 713/402, Rio de Janeiro, RJ, CEP 20745-250, (21) 2269-0677, tpfonseca@globo.com

Resumo

O aspecto social apresenta-se como um problema em meio às intervenções em áreas históricas, onde as ações se voltaram a interesses econômicos resultando na saída dos usuários de seus locais de origem. Neste contexto, questionou-se a possibilidade de participação desses usuários nos processos de intervenção em áreas históricas através do estudo da experiência do Corredor Cultural do Rio de Janeiro. Como resultado, tem-se que a inclusão da população nos momentos de decisão através de modalidades de participação autêntica são experiências mais exitosas, nas quais os danos sociais, quando não impedidos, podem ao menos ser minimizados

Palavras-chave: centros históricos, intervenção em áreas históricas, participação.

Ademais de se tratarem de regiões que podem concentrar de uma só vez uma multiplicidade de funções - habitacional, institucional, administrativa, jurídica, financeira, comercial, de serviços, atividades de cultura, lazer e turismo -, e que reúnem, em geral, os principais monumentos e edificações arquitetonicamente relevantes, históricas ou não, das cidades, e cuja acessibilidade e oferta de meios de transporte é farta, as áreas centrais históricas das cidades constituem-se patrimônio urbano também, e sobretudo, pelas práticas e usos que se fazem delas e nelas.

A ampliação sofrida pelo entendimento acerca do patrimônio urbano levou-o a ser considerado segundo um nível territorial, passando a incluir a preservação das práticas e atividades espontâneas, também identificadas como as especificidades locais que constituem a identidade e a noção de cultura de uma sociedade, convencionadas patrimônio imaterial.

Em virtude de sucessivos processos de esvaziamento, destruição ou estagnação que as áreas centrais históricas das grandes cidades sofreram, ações de revitalização foram empreendidas para resgatar ou trazer melhorias a estes locais. Desde a segunda metade do século XX, as intervenções nas áreas históricas passaram a considerar o aspecto social das mesmas, defendendo uma reconquista social do patrimônio urbano por seus usuários.

Entretanto, a inclusão dos aspectos culturais nas discussões a respeito das intervenções nos centros históricos das cidades foi se alterando, e hoje, neste incipiente século XXI, acontece o que convenciona-se por cidade do espetáculo. Se no patrimônio urbano as discussões giram em torno de sua dimensão imaterial ou intangível, no que diz respeito à espetacularização das cidades, esta dimensão do patrimônio foi incorporada como mercadoria e vendida a imagem das cidades a potenciais consumidores, no marketing urbano das cidades invisíveis. É um

momento de empreendedorismo urbano, em que gestores e financiadores multinacionais assumiram a responsabilidade por pensar as cidades, antes ocupação de arquitetos, urbanistas e sociólogos.

Assim, com o objetivo de inserir as cidades no competitivo mercado internacional, lançam mão do patrimônio cultural destas, a fim de explorá-los como locais de consumo para uma classe social mais abastada, inserindo usos elitizados no lugar de atividades populares ou mesmo, no caso de áreas residenciais, substituindo a população residente por outra economicamente capaz de consumir habitações e demais atividades de alto padrão. Apropriam-se, ainda, do vocabulário antropológico para fazerem parecer inclusivos e aceitáveis os projetos de intervenção.

Como conseqüência, observa-se espaços gentrificados, vazios de sua população local e daqueles que conferiam a esses espaços as características que o levaram à condição de patrimônio, ou que exerciam sobre eles controle e os mantinha vivos, mesmo que em condições questionáveis. Essa população que ao longo de tantos anos é submetida à convivência com as áreas históricas, que com elas – e nelas – estabelece relações de pertencimento, identidade e laços de vizinhança, e a quem deveriam se destinar, portanto, esses espaços qualificados e dotados de nova vitalidade e novas condições de urbanidade, acabam sendo vistos como não 'merecedores' dos centros históricos revitalizados.

Esse processo de exclusão das camadas mais populares em detrimento da alocação de outras com maior poder aquisitivo, que muitas das vezes não tem qualquer relação com o local, foi o que gerou a seguinte questão: afinal, é possível haver participação em ações de preservação?

A espetacularização das áreas históricas é inversamente proporcional aos níveis de participação utilizados, e a participação constitui-se a saída para, se não impedir, ao menos minimizar o custo social das intervenções de preservação. Em primeiro lugar, é preciso atentar para o que, de fato, é participação, em que patamares ela se estrutura e em que níveis se dá o engajamento e mobilização dos atores envolvidos.

A partir da análise de exemplos internacionais e nacionais que envolveram, e também que não envolveram, a participação real e o diálogo em seus processos de intervenção, pode observar-se que a utilização de decisões participativas não garante a permanência definitiva dos usuários nas áreas históricas que recebem as intervenções. Entretanto, nas experiências em que esses usuários foram inseridos através de uma participação autêntica, ou até mesmo nos níveis de uma pseudoparticipação como visto no estudo de caso do Corredor Cultural do Rio de Janeiro – que se segue – os resultados mostraram-se melhor adequados à realidade e às necessidades dos locais onde tiveram lugar, diminuindo o êxodo imediato dos usuários, que somente anos depois, de forma pontual e em virtude da valorização e aumento do preço dos imóveis que as melhorias trouxeram aos locais, acabaram se deslocando a outras localidades.

O centro do Rio de Janeiro no final do século XX

A área central da cidade do Rio de Janeiro corresponde ao trecho que engloba a Área Central de Negócios (ACN), que concentra funções de centro comercial, administrativo, bancário-financeiro, artístico-cultural e de informações, e o seu entorno imediato, onde se encontram áreas de pequeno comércio e residenciais. Esse recorte da área central corresponde ao *bairro Centro,* que contém a área de negócios e as áreas da Lapa, Bairro de Fátima e Cruz Vermelha, formando um anel periférico único.

Augusto Ivan Pinheiro[1] (1986) aponta as principais características do núcleo central da cidade no final do século XX, destacando três grupos principais: o da área de negócios composto por edificações contemporâneas situadas ao longo das largas avenidas dos novos espaços; o das áreas contíguas a esse primeiro, caracterizadas pelo casario eclético com comércio diversificado ao longo das ruas estreitas que resistiram às intervenções do último século; e por fim, o das áreas dos largos e praças comprometidos com o tráfego de veículos que as ocuparam com suas pistas e estacionamentos.

Nas áreas onde se encontravam os casarios dispostos ao longo de ruas estreitas, o retrato da paisagem urbana e arquitetônica após quase um século de atividades intervencionistas intensas[2] era de pequenas edificações sem interesse aparente à vida da cidade, que caminhavam para a demolição e

1 O diálogo na preservação se faz, portanto, indispensável, uma vez que inseridos num contexto de cidades-espetáculo, em que não há pudores de destruição em função de uma exploração indevida, má utilizações ou comercialização do patrimônio urbano em todas as suas dimensões, urge rever e redefinir os destinatários destas áreas históricas requalificadas, de forma a produzir espaços menos fragmentados e gerar cidadãos mais conscientes de sua identidade e responsabilidade sobre a preservação das áreas históricas de suas cidades.

2 Esse período intervencionista tem início com as reformas urbanas empreendidas a partir dos anos de 1900 com a abertura da Avenida Central – atual Rio Branco – e Avenida Mem de Sá, seguidas pelo desmonte do Morro do Castelo na década de 1920, a abertura da Avenida Presidente Vargas, em 1940, demolindo mais de 500 edificações no eixo da Igreja de N. S. da Candelária, e seguindo-se à fase rodoviarista que, além da abertura de largas e novas vias de tráfego, junto a estas estimulou a verticalização e o adensamento da cidade.

ao desaparecimento. O conjunto arquitetônico da área central histórica do Rio de Janeiro havia sido muito transformado e encontrava-se razoavelmente fragmentado (PINHEIRO, 2002b).

A partir da segunda metade do século XX, o centro da cidade começa a sofrer um processo de esvaziamento muito intenso, que Maria Helena McLaren[3] (informação verbal[4]) atribuiu a dois fatores principais. Em primeiro lugar, à própria legislação municipal que proibiu a construção de novas habitações no Centro, para estimular a ocupação e o crescimento da cidade em direção aos novos bairros. Em segundo lugar, a transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília, que reduz a permanência de pessoas, das funções institucionais, de novos investimentos e ainda de significado.

Esse esvaziamento acontecia pelo mundo todo, por razões que não propriamente as nossas. As grandes cidades européias e norte-americanas discutiam esse esvaziamento dos centros e, de uma maneira geral, o mundo começou a se preocupar em trazer as pessoas de volta aos centros das cidades. No Rio de Janeiro, essa percepção começou a ser sentida na segunda metade da década de 1970, quando os técnicos da Prefeitura começaram a se debruçar "sobre experiências internacionais de tratamento em centros urbanos de outras cidades"[5] (McLAREN, informação verbal).

Ao contrário do que se fazia nas cidades brasileiras, alguns centros históricos da Europa recebiam certo tipo de conservação sem que houvesse demolições, construções de viadutos ou passarelas, e alargamentos de ruas. "Minha passagem pela Europa reforçou a idéia de que era possível fazer intervenções de preservação. O Rio não era, do ponto de vista arquitetônico, uma cidade antiga, mas tinha lugares interessantes, que mereciam ser preservados", afirma Pinheiro (2002b:204) que, em 1978, ao entrar em contato com a discussão em torno da problemática dos centros urbanos, na Holanda, observou que o caso do Rio de Janeiro se encaixava bem na discussão.

Alguns fatores contribuíram à manutenção de segmentos do conjunto histórico na região central do Rio de Janeiro. Dentre estes, o primeiro aspecto que Pinheiro (2002b) aponta como responsável pela resistência das morfologias históricas remanescentes é a legislação. No Brasil, a política pública adotada pelo então SPHAN[6] privilegiava a preservação de monumentos arquitetônicos históricos isolados. Ainda era muito incipiente a preservação dos conjuntos urbanos.

Na esfera municipal, a legislação não era muita restritiva, liberando as construções em todos os lugares e com qualquer gabarito. Entretanto, enquanto o gabarito das edificações era liberado, os Planos de Alinhamento (PAs) eram exagerados, alargando de tal maneira as ruas, que a área que sobrava nos novos lotes não era edificável. Era mais vantajoso, portanto, manter a realizar os novos alinhamentos indicados pela Secretaria de Obras.

Além disso, existiam diversos projetos viários existentes para estas áreas, que previam a demolição de muitos quarteirões para abertura de grandes novas vias de ligação, ainda influenciadas pelo discurso rodoviarista[7]. A iminência desses projetos saírem do papel dificultou muito a venda dos imóveis nestas áreas, por estarem ameaçados de desapropriação.

Apesar disso, estas edificações tinham um valor simbólico e afetivo para seus usuários, que começaram a se organizar para tentarem garantir sua permanência no local, ameaçados que estavam de remanejamento e desapropriação. O medo era que esta área também sofresse o processo de renovação e verticalização que outras áreas da cidade, e do Centro, já vinham sofrendo (McLAREN, informação verbal). Se fossem construídos na região edifícios de alto padrão e de grande gabarito, como os da Avenida Rio Branco, no térreo dessas edificações não mais poderiam se instalar os pequenos comércios que existiam nas áreas remanescentes, com atividades como sapateiros ou venda de materiais de construção, mas sim atividades como restaurantes mais sofisticados, com outros custos e produtos diferenciados. Esses pequenos comerciantes seriam, portanto, expulsos da região.

O receio da desapropriação fez com que os comerciantes e usuários em geral dessas áreas se organizassem em associações e sociedades civis, a fim de militar contra essa iminente expulsão. Esse momento coincide com a redemocratização que o país vivia em meados dos anos 1980, experimentando um processo de abertura política em que o sentimento

3 Maria Helena McLaren é arquiteta e urbanista, e ocupa o cargo de diretora do Escritório Técnico do Corredor Cultural do Rio de Janeiro.

4 Entrevista concedida à autora por Maria Helena McLaren em 05 de janeiro de 2007, no Escritório Técnico do Corredor Cultural.

5 Foi o caso de Augusto Ivan, que foi para a Holanda em 1974 estudar no Bouwcentrum International Education, hoje Institute for Housing Studies, uma instituição voltada para habitação de baixa renda para o Terceiro Mundo. Segundo o próprio Augusto Ivan Pinheiro (2002b), ele volta da Europa mais interessado na questão da preservação e conhecedor de uma nova maneira de lidar com a cidade.

6 SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

7 O período do "rodoviarismo" marcou os grandes movimentos urbanísticos a partir de 1950, que apoiado no crescimento da indústria automobilística foi utilizado como justificativa para a descuidada demolição de áreas bastante extensas do tecido urbano já consolidado não somente aqui no Brasil. Na tentativa de solucionar o crescente problema do tráfego na cidade, assiste-se à construção de viadutos, à abertura de novos túneis e ao alargamento de vias, rompendo definitivamente com o equilíbrio espacial da área central do Rio de Janeiro.

dominante era o desejo de se expressar, de participar, de dar opinião. Os movimentos sociais ganhavam novo vigor. Era um momento em que se viam várias tentativas de interferência na atividade pública por parte das diversas organizações que surgiam, bem como das associações de moradores e comerciantes que queriam participar dos destinos desses espaços antigos da cidade. Nesse contexto tomaram forma associações como a SAARA e a SARCA[8], que apesar de seu apelo ser muito mais comercial e econômico do que propriamente arquitetônico ou cultural, eram organizações que tinham no seu bojo um apelo à preservação daquelas áreas.

8 SAARA: Sociedade dos Amigos da Rua da Alfândega e Adjacências; a SARCA era a organização semelhante para a Rua da Carioca.

Assim, inserindo-se no momento político propício, o projeto do Corredor Cultural veio ao encontro dos anseios dos usuários locais de preservação do espaço ameaçado por demolições ou renovações.

O projeto do Corredor Cultural do Rio de Janeiro

Trajetória do Corredor Cultural

O Corredor Cultural foi assim batizado por Armando Mendes, então superintendente de Planejamento e um dos responsáveis pela concretização do projeto. A explicação para o nome era a de que "se existe a figura do corredor de tráfego, por que não poderia existir um corredor cultural?" (PINHEIRO, 2002b), e o nome se consagrou.

Apesar de destinar-se à preservação de algumas áreas dentro do centro da cidade, o projeto do Corredor começou muito mais como um projeto de planejamento urbano do que de patrimônio histórico, e sua origem está no interior de uma Secretaria de Planejamento (PINHEIRO, 2002a).

O projeto enfrentou oposições dentro da própria máquina administrativa, como na Secretaria de Obras onde um grupo de técnicos defendia a demolição dos prédios antigos para alargamento das vias e construção de viadutos, e na própria Secretaria de Planejamento, que desenvolvia plano que previa a construção de novos arranha-céus impossibilitando a preservação pretendida pelos técnicos da equipe do Corredor Cultural.

A trajetória do Corredor, desde a origem, desenvolvimento e até os resultados parciais, foi dividida por Pinheiro (2004) em quatro fases principais que seriam: (i) a implantação, que compreendeu os estudos iniciais, delimitação da área e criação do quadro legal e institucional; (ii) a consolidação, que foi a fase da aproximação maior com a área e da concretização dos esforços configurados na primeira fase; (iii) a estruturação, que consistiu na inclusão dos espaços públicos e outras melhorias; e por fim, (iv) a integração, que analisa a inclusão de outros atores e de novos processos gerados a partir da experiência do Corredor.

Fase de implantação

A fase de implantação situa-se entre 1979 e 1984, e caracteriza-se basicamente pelos estudos e pesquisas realizados, que foram utilizados para definição das áreas a serem preservadas, e, ainda, pela criação dos instrumentos legais de preservação no nível municipal, baseados na legislação vigente de uso e ocupação do solo.

O critério para escolha dessas e não de outras áreas foi a existência de conjuntos homogêneos, que tivessem mantido sua tipologia estilística e usos do solo tradicionais, que apresentassem uma "linguagem urbana e arquitetônica e que mantivessem o maior grau possível de organicidade e continuidade" (McLAREN, informação verbal).

Ao longo da Avenida Rio Branco e da Avenida Presidente Vargas observa-se um renque de prédios altos, mas adjacentes a essas áreas, a realidade morfológica é outra. A verticalização não se seguiu nessas áreas que são muito extensas, homogêneas e que mantiveram uma escala diferenciada em relação aos outros pontos do Centro.

Dentro dessa zona histórica da cidade foram destacadas, portanto, três áreas principais que, observadas dentro do contexto urbano, destacam-se por apresentarem as características que o Corredor buscava.

A primeira dessas áreas, demarcada em vermelho na figura 1, é o espaço da Praça XV de Novembro e suas imediações que conserva até hoje os elementos representativos da vida colonial, tanto em sua malha urbana de ruas estreitas, vielas e becos, quanto em seu conjunto arquitetônico de sobrados, palacetes e igrejas.

A segunda área, dividida em duas partes, corresponde – em azul - às áreas do Largo de São Francisco e imediações, incluindo a Praça Tiradentes, e – em verde – à região da SAARA, e é caracterizada por um traçado mais regular e planejado e por uma arquitetura identificada com os estilos neoclássico e eclético, representativos da expansão da cidade no período imperial.

Por fim, a terceira área, identificada na Figura pela zona em amarelo, é a que guarda a maior diversidade de edificações, representativas dos principais períodos históricos, desde a colônia até o século XX; e compreende a área desde o Largo da Carioca até a Lapa[9].

A partir dessa seleção inicial foi decidido o que deveria ser protegido dentro dos territórios selecionados. "Não era o objetivo atribuir qualidade especial à qualquer um dos imóveis separadamente – embora ela existisse -, e sim ao conjunto" (PINHEIRO, 2002b:147).

Outro ponto que caracteriza essa primeira fase de implantação é a criação da legislação do Corredor Cultural que se baseou na legislação urbanística da Prefeitura do Rio então vigente, constituída por dois instrumentos principais: zoneamento e parcelamento. Como instrumentos complementares existiam ainda o Projeto de Alinhamento (PA) e o Projeto de Loteamento (PAL) (PINHEIRO, 1986).

A tramitação da lei durou de 1979 até 1984 e foi aprovada por unanimidade em 17 de janeiro de 1984. A Lei nº 506, de Preservação Paisagística e Ambiental do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, conhecida como a Lei do Corredor Cultural, posteriormente revista e ampliada pela Lei nº 1139 de 16 de dezembro

[9] Alguns projetos de revitalização da área específica da Lapa antecederam os esforços empreendidos pelo Corredor Cultural, como o Projeto Quadra da Cultura e o Projeto Distrito Cultural da Lapa, incentivando ações da iniciativa privada e de grupos sociais populares que, por sua vez, cobraram do poder público a realização de obras de reurbanização. Como resultados dessas iniciativas, observa-se - além da manutenção de atividades já tradicionais no local, como moradia, comércio e indústria - o ingresso de outras atividades diversas ... continua próxima página

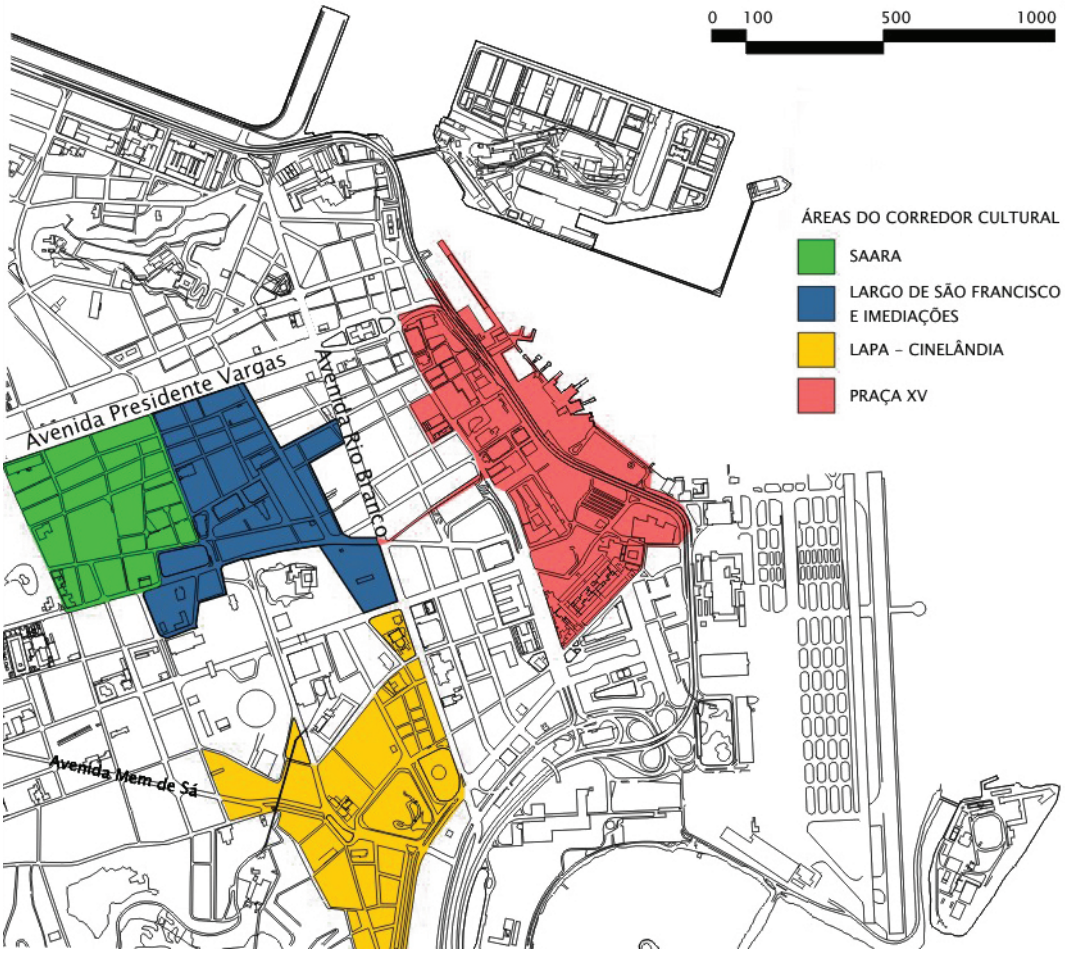

Figura 1: Três áreas principais do Corredor Cultural do Rio de Janeiro. Fonte: Marcação da autora sobre base da Prefeitura do Rio de Janeiro disponível em CD-ROM.

... continuação da nota 9... e a renovação das então já existentes, tais como bares e restaurantes, lojas, grupos de teatro e dança, clubes recreativos e antiquários que acumulam a dupla jornada, funcionando também como bares no período da noite. O mosaico feito pelo artista chileno Jorge Selarón na escadaria da rua Joaquim Silva, é apontado por Vaz e Silveira (in: VARGAS; CASTILHO, 2006) também como resultado dos esforços que estimularam as manifestações culturais locais.

10 Entre as publicações estão o Guia Histórico do Centro do Rio de Janeiro; o Manual de Como Preservar, Recuperar e Construir seu Imóvel no Corredor Cultural; o manual contra incêndio Como Proteger o seu (e o nosso) Patrimônio; o livro A Cor no Corredor Cultural; as coleções de cartões postais Olho na Rua, Olho na Paisagem, Olho na Arquitetura e Olho na Cor; entre outros; entre os eventos culturais, Música nas Igrejas, Música na Praça e Teatro no Corredor Cultural, onde as trupes se apresentavam nas ruas.

de 1987, foi a primeira legislação municipal do país com enfoque na preservação de centros urbanos (PINHEIRO, 2002a; 2002b).

A nova legislação privilegiou as fachadas e os telhados das edificações, que deveriam manter seus elementos construtivos originais, enquanto que os interiores não receberam normas tão rígidas, ficando seu reaproveitamento a ser feito de acordo com as novas instalações, desde que se mantivessem os vãos de iluminação internos e as relações orgânicas com as fachadas evitando edificações e ruas artificiais com aspecto cenográfico. Estabeleceram-se parâmetros para o gabarito das novas edificações de maneira a se tentar a compatibilização com as escalas existentes.

A lei obrigou, ainda, a manutenção de usos culturais e de lazer, proibiu a construção de edificações para uso exclusivo ou predominante de pavimentos-garagem, e isentou da obrigatoriedade a construção de vagas para veículos nos prédios preservados. A colocação de placas com anúncios e letreiros também foram contemplados e para eles foram definidas normas que estabeleciam suas dimensões e sua localização na fachada.

Fase de consolidação

Concluído esse momento de contato inicial com o objeto inicia-se a Fase da Consolidação, entre 1984 e 1989. Esta etapa segue-se à aprovação da legislação de proteção em 1984 e constitui-se em um período de ampliação do conhecimento das edificações, cadastramento do conjunto edificado e conscientização dos usuários sobre a importância do bem com fins de conservação.

Neste aspecto, destaca-se o papel desempenhado pelo Escritório Técnico do Corredor Cultural, criado em 1987, a fim de orientar os usuários e acompanhar as obras de recuperação, que diminuiu a distância entre a comunidade e o governo. A idéia da conscientização e democratização da informação resultou em publicações diversas e foram promovidos também eventos culturais chamando a atenção para a questão do patrimônio[10].

A partir da legislação básica surgiram outros estudos e percebeu-se que era necessário criar um incentivo financeiro à conservação destes imóveis. De maneira pioneira criou-se a lei nº 691 de incentivos fiscais para os imóveis preservados no Rio de Janeiro aprovada em dezembro de 1984, regulamentada pelo decreto nº 6403 de 29 de dezembro de 1986. O incentivo constituía-se de isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) para os imóveis que fizessem obras de restauração e assim permanecessem a contento. Esses imóveis ficavam livres do pagamento das taxas de obra cobradas pela Prefeitura referentes ao licenciamento de construções e reformas, bem como as empresas que realizavam os trabalhos de conservação ficavam isentas do recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS).

Fase de estruturação

Dá-se início em 1989 o terceiro momento, que chamado de Fase da Estruturação. Foi durante esta fase que os esforços para recuperar o patrimônio arquitetônico inserido no perímetro do Corredor Cultural passaram a abranger e atuar efetivamente nos espaços públicos, como praças, largos, ruas e realizando melhorias na infra-estrutura de calçadas, equipamentos urbanos, iluminação e arborização.

De acordo com Pinheiro (2004), os espaços que receberam as intervenções foram selecionados seguindo dois critérios básicos, os de maior custo-benefício e os de maior valor simbólico, visando a pronta intervenção nessas áreas para que pudessem atrair investidores, novas atividades econômicas e turísticas.

Na região da Praça XV, já haviam sido realizados esforços iniciais pelos equipamentos culturais e museus instalados no local, e que foram complementados pelo Corredor Cultural, como por exemplo a pavimentação facilitando a ligação para pedestres da Praça com a estação das barcas, a construção de um *mergulhão* viário - túnel subterrâneo -, a remoção de terminais de ônibus e estacionamentos e a derrubada de uma passarela de concreto que desembocava junto à edificação do Paço Imperial.

Na seqüência, foi a região do Largo da Carioca que recebeu as intervenções, desde a Avenida Rio Branco, Cinelândia e Largo da Lapa, que foi reurbanizado, até a Praça Tiradentes, Largo de São Francisco e Uruguaiana, que receberam melhorias urbanas, como remoção de terminais de ônibus e estacionamentos, arborização, iluminação e

melhorias nas calçadas, entre outras. Foram ainda realizadas intervenções pontuais como iluminação artística de alguns monumentos históricos ao longo do Corredor Cultural, e instalação de esculturas contemporâneas nos locais onde se realizariam eventos. Para coordenar todas essas ações, foi criada em 1993 a Subprefeitura do Centro, que tinha a função de descentralizar o poder municipal na região e potencializar sua atuação.

Fase de integração

O quarto momento que Pinheiro (2004) destaca na trajetória do Corredor Cultural, confunde-se com o anterior por ter ocorrido simultaneamente e seguindo-se a este. Esta quarta fase diz respeito ao momento de (re)aproveitamento das idéias e inovações trazidas para o contexto brasileiro pela experiência do Corredor, por outros segmentos da vida pública, seja na aplicação de seus procedimentos em outras áreas da cidade, seja pela inserção de novos atores no âmbito do Corredor Cultural.

Dentro da área do projeto surgem, então, novos centros culturais; os já existentes, bem como os museus, procuraram incrementar suas atividades a fim de atrair público; surgiram mais universidades, lojas, restaurantes, teatros, trazendo novas possibilidades de uso e permanência da população, mesmo nos fins de semana, quando o Centro fica tradicionalmente mais vazio. Esses novos equipamentos e atividades se inseriram dentro do contexto de renovação urbana no qual o Centro vivia, estabelecendo relação de harmonia com os esforços já em andamento.

Além disso, novos espaços dentro do núcleo histórico foram revitalizados, acompanhando as iniciativas do Corredor Cultural, e como maior exemplo dessa replicação dos conceitos e diretrizes, tem-se a experiência da Rua do Lavradio. Conhecida por concentrar antiquários em sua extensão, numa atitude inovadora os comerciantes começaram a promover feiras nos finais de semana, abrindo as lojas e expondo seus produtos nas calçadas o que acabou por atrair outros expositores externos. Apresentam-se ainda grupos de música, convidando a população a estar ali. Em conseqüência da iniciativa desses comerciantes, e do incremento de público que sofreu a área, a Prefeitura investiu na reurbanização da rua, com a criação de praças, nova pavimentação das calçadas e, também, melhoria da iluminação e arborização.

Os atores do projeto do Corredor Cultural

Quando da idealização do projeto do Corredor Cultural, durante a gestão do Prefeito Israel Klabin (1979-1980), foi criada a Câmara Técnica do Corredor Cultural, constituída por intelectuais, escritores e artistas[11], cuja atividade se somava à dos técnicos arquitetos e urbanistas da Prefeitura, que possuíam uma visão técnica, "mais pragmática, arquitetônica, dos planejadores que estão mais acostumados a ver a cidade como superfícies e volumes de uma maneira geral". Assim sendo, a Câmara Técnica trouxe "uma visão mais fluida, da cidade como espaço de vivências e sentidos, mais simbólica portanto" (PINHEIRO, informação verbal[12]).

O que se quis fazer com a presença desses outros profissionais "foi decantar a cidade no que ela tinha de lírico, buscar nos textos, na literatura, em tudo que havia sido narrado sobre a cidade de como ela era bonita; apelar para a sensibilidade, para o espírito cidadão de amor cívico, de amor pátrio" (McLAREN, informação verbal). "As discussões pareciam um pouco com o que Mário de Andrade preconizara nos tempos da criação do órgão federal de patrimônio: que das cidades se deveria tombar a atmosfera" (PINHEIRO, 2002a).

O grupo da Câmara Técnica possibilitou ainda uma aproximação de diversos segmentos da sociedade carioca e o envolvimento que a população e imprensa tiveram com o projeto fez com que Pinheiro (2002a) afirmasse que graças à presença destes, "o projeto se entranhou tanto, se enraizou de tal maneira, que foi isso que lhe deu garantias e assegurou sua sobrevivência até os dias de hoje".

A aceitação do projeto foi geral, segundo a palavra de seus técnicos, e deveu-se basicamente à maneira como foi explicada à população. O projeto do Corredor Cultural foi discutido e apresentado pela primeira vez de maneira informal, em um dos bares mais tradicionais localizado dentro da área do Corredor Cultural – o Bar Luiz -, na presença das principais representatividades da região, recém-organizadas e que voltavam a interferir nas atividades públicas.

Os técnicos começaram a sair dos gabinetes para debater nos sindicatos, nas universidades,

11 Entre outros, Rachel Jardim, Nélida Piñon, Rubem Fonseca, Sérgio Cabral, Ítalo Campofiorito, Aloísio Magalhães, Lélia Coelho Frota e Arthur da Távola.

12 Entrevista concedida à autora por Augusto Ivan Pinheiro em 04 de janeiro de 2007, na Secretaria de Urbanismo da Prefeitura do Rio de Janeiro.

em associações e nas mais diferentes esferas de organizações civis não-governamentais. Foi um longo período de discussões e maturação da idéia, que Maria Helena relaciona com o que os americanos denominam como advocacy project, ou seja, advogar a causa da preservação e proteção, que é trabalhar e vender a idéia (McLAREN, informação verbal). O projeto recebeu ainda apoio do mercado imobiliário, com a publicação em capítulos da história do Corredor Cultural na revista da ADEMI[13].

13 ADEMI: Associação dos Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário.

Além de fiscalizar e direcionar as intervenções nos imóveis preservados, o Escritório Técnico funciona como um 'educador patrimonial' no contato estabelecido com usuários locais, numa tentativa de levar aqueles que procuram o escritório a compreender o valor e a importância de suas edificações, transformando-os em vetores de preservação no aglomerado urbano histórico. Conscientes disso podem estabelecer relações de pertencimento individual com seus imóveis, e de seus imóveis com o contexto urbano, pois de acordo com Maria Helena McLaren (informação verbal), se ao longo desta trajetória não for construído um entendimento e um relacionamento com esse espaço, "no dia seguinte será desfeito todo o trabalho, e todo esforço terá sido em vão".

Com relação aos usuários em geral – comerciantes e moradores -, estes participaram pontualmente em espaços públicos criados com finalidade de sistematizar uma proposta de projeto em que fossem encaminhadas suas recomendações.

A participação no caso do Corredor Cultural do Rio de Janeiro

Analisando a evolução urbana do centro do Rio, é possível identificar, a partir do século XX, um esvaziamento provocado pela transferência da capital para Brasília, e pela legislação municipal que proibiu o uso habitacional no centro. Acredita-se, entretanto, que, de uma maneira geral, não houve um esvaziamento intenso a ponto de levar o centro do Rio a uma situação de abandono, degradação e imagem marginalizada. O esvaziamento foi muito mais de função do que efetivamente de público, em razão da área central do Rio concentrar uma multiplicidade de atividades e serviços, e também por fazer a ligação entre as zonas sul e norte da cidade. Ainda que não se utilizem dos serviços localizados no Centro, uma grande parte da população utiliza-o, ao menos, como passagem, por concentrar-se na região uma grande oferta de transportes de variadas modalidades que convergem para o local (linhas de ônibus, trem, metrô, barca e aeroporto).

O projeto do Corredor Cultural, influenciado pelas idéias de Jane Jacobs (2000), reforçou a questão da diversidade de funções que já existia no centro. Analisado a partir das quatro condições que Jacobs apresenta, a área central histórica do Rio possui as características que remetem a esses aspectos e que permitem que a diversidade permaneça: a região apresenta boa combinação de usos principais e, mesmo o uso habitacional que se concentra nas partes periféricas; quadras curtas que permitem alternativas de percurso, a variedade e a possibilidade do encontro; boa combinação de edificações com idades e tipos diferentes, que oferecem-se como possibilidade a atividades tanto às grandes empresas nos novos conjuntos empresariais, como aos pequenos comerciantes que se instalam em edificações mais antigas ou sem grande interesse arquitetônico, gerando um rendimento econômico variado e a possibilidade de manutenção no local de atividades que, devido a processos de expansão e verticalização, tenderiam a desaparecer. Por fim, a concentração de pessoas que utilizam o centro em suas diversas ofertas de atividades ao longo do dia e da noite, oferecendo-lhes opções de lazer, cultura e também educacionais, como cursos e universidades que se instalaram na região.

O projeto do Corredor Cultural ao mesmo tempo que defendeu a manutenção da população utilizou-se dos princípios da diversificação competitiva (JACOBS, 2000) para atrair novos usuários ao centro e diversificar o perfil desses usuários através da criação de pólos interligados. Assim, como visto, as quatro regiões principais que compõem a área histórica preservada pela lei do Corredor Cultural apresentam-se como esses pólos e cada uma delas contém elementos culturais que serviram de âncoras como atrativo. Entretanto, ao invés de agregarem usuários de diferentes classes sociais no mesmo espaço, acabaram por se constituir em áreas com perfil próprio.

A implantação, por exemplo, de centros culturais como os pioneiros Banco do Brasil e Paço Imperial na área da Praça XV, que incentivaram o surgimento de

outros, e o investimento em atividades deste tipo acabaram por atrair classes sociais mais abastadas e seccionando os usos mais populares às regiões periféricas da área central histórica. O centro do Rio de Janeiro passa a ser reconhecido de maneira distinta pela população: as camadas com maior poder aquisitivo reconhecem algumas partes do centro histórico e a área central de negócios, enquanto que as camadas mais populares reconhecem e se utilizam das regiões mais periféricas deste. A habitação é uma das funções que é desfrutada quase que exclusivamente por extratos populares dos usuários da região central da cidade, e que concentra-se nas regiões da Lapa, Bairro de Fátima, e Zona Portuária em geral, áreas periféricas ao núcleo central.

Na visão de Braga (2003) torna-se explícita a gentrificação que norteia o programa do Corredor, mas, pelo contrário, acredita-se que a gentrificação não se constituiu como uma diretriz de ação; não houve um objetivo definido de remover os estratos populares locais a fim de que fossem reocupados por membros de uma elite.

Os objetivos do projeto do Corredor do Rio de Janeiro sempre apontam para a manutenção da população no local e das características simbólicas da área. Isso se atesta pela criação da Câmara Técnica, com uma visão menos técnica sobre a área histórica, a fim de considerar os valores sociais locais, as práticas e manifestações, que revela a importância que esses aspectos tinham para o projeto. Estes dizem respeito aos usuários habituais ou esporádicos e dos usos que faziam do centro, não fazendo sentido, portanto, ocupar um grupo com o desvelamento de aspectos simbólicos da área histórica central da cidade, para em seguida desconsiderá-los.

Atesta-se também a preocupação com o social pelo fato de seus principais técnicos envolvidos terem participado diretamente ou terem acompanhado o trabalho que havia sido recentemente desenvolvido junto à comunidade do bairro do Catumbi, que sofreu rupturas intensas não só de seu conjunto urbano e arquitetônico, mas também da relação com a cidade e dos próprios usuários com o local. Seria incompatível, portanto, uma equipe formada por profissionais que criticavam a maneira como se deu a intervenção no Catumbi repeti-la na área central histórica da cidade.

É possível que o projeto considerasse a possibilidade de uma gentrificação ocorrer, entretanto, trata-se de uma das transformações pelas quais as cidades - como organismos vivos que são - passam e das quais não é possível prever exatamente seus efeitos ou simplesmente impedir que aconteçam. O caso de Bolonha, na Itália, mesmo tendo se tornado exemplo máximo de eficácia por ter sido um plano preocupado com os aspectos sociais de seu centro histórico, não pôde evitar que alguns de seus espaços se gentrificasse algum tempo depois, em decorrência da valorização fundiária que sofreu em virtude das melhorias das intervenções[14].

O que aconteceu na área central histórica do Rio não foi uma gentrificação generalizada em toda a área preservada, mas pontos específicos que sofreram uma valorização e replicação de usos que tiveram êxito. Destaca-se como exemplo o processo que sofreu a região da Lapa. Os bares, restaurantes e casas de show se renovaram, outros novos foram inaugurados explorando a característica boêmia da região, tirando partido da arquitetura histórica e associando-a a eventos de samba e chorinho, característicos do Rio de Janeiro. O êxito destes estabelecimentos foi tamanho que se multiplicou[15], transformando a Lapa num pólo de entretenimento noturno na cidade, que agrega um público vindo de vários bairros e hoje oferece opções para todos os gostos, como alternativa à oferta inicial de casas de samba.

Como conseqüência, observa-se na região da Lapa um predomínio de atividades noturnas em relação às diurnas, e à transformação de uso e saída de moradores e comerciantes do local em função da valorização que a área sofreu. A Lapa hoje corre o risco de cair no processo identificado por Jacobs (2000) como autodestruição, que replica a instalação das atividades que se fizeram rentáveis a ponto de se extinguirem, entrando num momento de decadência e necessidade de novas atividades.

Nas outras áreas não se identifica um processo tão claro de transformação e substituição de atividades tradicionais e população local por outras financiadas por grandes empreendedores, como ocorrido na Lapa. Nos outros pólos da área histórica do centro do Rio, o incentivo fiscal e político à instalação de certas atividades acabou por reforçar o perfil pré-existente dos usuários de cada área, falhando no

14 Valorização semelhante se deu em Olinda.

15 Multiplicou-se tanto que em outros bairros da cidade, como os mais recentes Barra da Tijuca e Recreio, e outros mais tradicionais, como Vila Isabel, investem em estabelecimentos identificados com os bares da Lapa, recriando sua ambiência. Um desses bares utiliza-se do slogan "Os arcos da Lapa chegaram à Barra".

sentido de que essas ações previam a diversidade e a mistura.

O plano do Corredor, a partir da palavra de seus técnicos, se diz participativo por ter sido discutido com a população organizada em suas várias esferas, por ter incluído artistas e intelectuais na Câmara Técnica, por ter aberto um canal de aproximação com a população em geral através do Escritório Técnico e pela apresentação do projeto ter acontecido no Bar Luiz, tradicional estabelecimento localizado na região da Carioca, contando com os principais representantes da sociedade civil organizada.

De fato, a partir da aproximação com os níveis de participação estabelecidos e conhecidas as modalidades de inserção da população no projeto do Corredor Cultural carioca, é possível dizer que houve uma participação real, mas em níveis de uma pseudoparticipação.

Isso pode ser entendido a partir da observação de alguns aspectos. No que diz respeito às discussões, diálogos foram estabelecidos ao longo de um período que serviu para amadurecer a questão, seus principais pontos, e sistematizar um encaminhamento de projeto de preservação coerente com a realidade da área central histórica do Rio de Janeiro, em termos de patrimônio urbano e de seu aspecto social. A aprovação unânime do projeto na Câmara de Vereadores revela a lucidez com que foi elaborado o projeto.

O Escritório Técnico, canal aberto para que fosse feita a aproximação entre os proprietários e locatários dos imóveis do Corredor Cultural com a administração municipal, ainda hoje encontra-se aberto para esclarecimentos e auxílio destes usuários na gestão de seus bens preservados. A participação desses usuários diz respeito a outros aspectos de seus imóveis, como definições de projeto ou cor da fachada, e desde que estes se enquadrem na legislação específica para a área.

A reunião no Bar Luiz revela o caráter também informativo do projeto, que reunindo os principais representantes dos usuários da área histórica central do Rio de Janeiro, reforçou o viés democrático e a predisposição de abertura ao diálogo que caracterizaram a intervenção.

Assim, é possível dizer que houve uma pseudoparticipação, uma vez que esta se deu nos níveis da informação e debates consultivos aos usuários, e também destacar uma participação ligada ao simbólico e expressivo. Esta última consistiu do trabalho da Câmara Técnica de mobilização e divulgação do projeto do Corredor Cultural na mídia através de seus aspectos simbólicos, e que como resultado promoveu uma aceitação geral do plano que, em momento de sucessão administrativa sob o risco de interrupção das atividades, foi o que garantiu sua continuidade.

O projeto é participativo também pelo fato de surgir como resposta a um anseio dos comerciantes locais, como já explicado. Receosos dos imóveis onde desenvolviam suas atividades sofrerem o mesmo processo de verticalização pelo qual passou os imóveis da área central de negócios encontraram na preservação da área a saída para a manutenção de suas atividades. Isto explica a adesão e apoio ao projeto.

Mesmo que tivesse ocorrido uma participação autêntica, com participação efetiva na gestão das áreas, ou através do estabelecimento de parcerias, isso não poderia ter garantido a não-gentrificação de seus espaços, apenas poderia minimizar os efeitos de suas ações, como de fato aconteceu mesmo no nível de pseudoparticipação em que se deu o projeto do Corredor Cultural do Rio de Janeiro.

O diálogo na preservação se faz, portanto, indispensável, uma vez que inseridos num contexto de cidades-espetáculo, em que não há pudores de destruição em função de uma exploração indevida, má utilizações ou comercialização do patrimônio urbano em todas as suas dimensões, urge rever e redefinir os destinatários destas áreas históricas requalificadas, de forma a produzir espaços menos fragmentados e gerar cidadãos mais conscientes de sua identidade e responsabilidade sobre a preservação das áreas históricas de suas cidades.

Referências bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. A Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: IPP, 2006; 4ed; 156p.

AUDEFROY, Joël. Vivir en los Centros Históricos. Experiencias y luchas de los habitantes para permanecer en los centros históricos. México: Habitat International Coalition, 1999; 187p.

BRAGA, Andrea da Costa. Morfologia, Transformação e Co-Presença em Centros Urbanos: o caso do centro do Rio de Janeiro. Dissertação (mestrado), UFRSul, Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano. Porto Alegre, 2003.

BRUAND, Yves. Arquitetura Contemporânea no Brasil. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999; 398p.

JACOBS, Jane. Morte e Vida de Grandes Cidades. Tradução Carlos S. Mendes Rosa do original The Death and Life of Great American Cities. São Paulo: Martins Fontes, 2000; 510p.

LA REGINA, Adriano. Preservação e revitalização do patrimônio cultural na Itália. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo, 1982; 80p.

MENEZES, Marluci. Estratégias socioculturais de dinamização do espaço público urbano. In: Actas do 3° ENCORE; LNEC Lisboa, mai - 2003; CD-ROM; p.775 – 781.

MESENTIER, Leonardo. Impacto da preservação sobre o desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: IPPUR/ UFRJ, 1988; 34p.

PANELLA, Raffaele. Centro histórico y centro ciudad – una hipótesis de trabajo en el marco de un mayor control público de los procesos de transformación económica y del asentamiento. In: CIARDINI, F.; FALINI, P. Los Centros Históricos – Política Urbanística y Programas de actuación. Barcelona: Editorial Gustavo Gilli, 1983; p. 52 – 73.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. Aprendendo com o Patrimônio. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). CIDADE: história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002a, 295p; p.141-155.

_____. A reabilitação urbana em processo. In: LIMA, Evelyn Furquim Werneck; MALEQUE, Miria Roseira (org). Cultura, patrimônio e habitação. Rio de Janeiro: 7Letras, 2004; 146p; p. 69-82.

_____. Corredor Cultural, um projeto de preservação para o centro do Rio de Janeiro. In: Anais do II SEDUR. Brasília: Pini/ CNPQ/ FINEP, 1986; p.187-201.

_____. Novas Experiências em urbanismo: Barra da Tijuca e Corredor Cultural. In: FREIRE, Américo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). Capítulos da memória do urbanismo carioca: depoimentos ao CPDOC/ FGV. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2002b; 232p; p. 202-221.

REZENDE, Vera F. Planos e Regulação Urbanística: a Dimensão Normativa das Intervenções na Cidade do Rio de Janeiro. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). CIDADE: história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002; 295p; p.256-281.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a Cidade: Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 560p.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. O local e o global: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001. 210 p.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. (org.) Intervenções em Centros Urbanos: objetivos, estratégias e resultados. Barueri, SP: Manole, 2006; 280p.

Participation in conservation actions: the case of the Cultural Corridor of Rio de Janeiro

Thalita Pereira da Fonseca

Abstract

The social aspect is a problem inside the context of interventions in historic areas, whose actions favoured economic interests resulting on the exclusion of their users from these places. In this context, it's questioned the possibility of users participation in historic areas' intervention processes, by studying the experience of Cultural Corridor of Rio de Janeiro. The results of the research show that including local people in main decision moments through different authentic participation ways become better experiences, in which the intervention social price, when cannot be hampered, can be, at least, minimized.

Keywords: historic areas, historic areas' intervention, participation.

Participación en acciones de conservación: el caso del Corredor Cultural de Río de Janeiro

Thalita Pereira da Fonseca

Resumen

La cuestión social es un problema en medio a las intervenciones sobre vecindades históricas, cuyas acciones se volvieron a los intereses económicos que resultaron en la salida de los usuarios de sus locales de origen. En este contexto, se pone la cuestión acerca de la posibilidad de participación de los usuarios en los proyectos de intervención en áreas históricas a través de la investigación de la experiencia del Corredor Cultural de Río de Janeiro. Como resultado, se muestra que los procesos que incluyen la población en los momentos de decisiones a través de modalidades de participación real son experiencias más exitosas, en las cuales los daños sociales, si no pueden ser impedidos, pueden ser, al menos, disminuidos.

Palabras clave: centros históricos, intervención en áreas históricas, participación.